

# A difícil crença nos grandes bancos

Por **Simon Johnson**

*Valor Econômico*, 28.4.13

**Ou colocamos um limite significativo no tamanho das maiores instituições financeiras ou vamos precisar nos preparar para uma verdadeira explosão econômica, alimentada por dívidas que está por vir.**

Há duas narrativas concorrentes sobre os recentes esforços de reforma financeira e os perigos que os bancos grandes demais representam atualmente para o mundo. Uma narrativa é errada; a outra é assustadora.

A essência da primeira narrativa, a preferida dos executivos do setor financeiro, é o ponto de vista de que todas as reformas necessárias já foram adotadas (ou vão ser em breve). Os bancos agora estão com um endividamento em relação ao patrimônio menor em relação ao que estavam em 2007.

Novas regras limitando a abrangência das atividades bancárias estão em vigor nos Estados Unidos e, em breve, serão convertidas em lei no Reino Unido - e a Europa continental pode seguir o mesmo rumo. Os defensores desse ponto de vista também dizem que os megabancos agora administram melhor o risco do que antes da erupção da crise financeira internacional em 2008.

Na segunda narrativa, os maiores bancos do mundo continuam sendo grande demais para serem bem administrados e ainda gozam de fortes incentivos para empenhar-se exatamente no mesmo tipo de assunção excessiva de risco que pode derrubar economias. As perdas com operações de corretagem do JP Morgan Chase no caso que ficou conhecido como "London whale" (baleia de Londres, em inglês) são um bom exemplo disso. E, de acordo com os defensores dessa versão, quase todos os grandes bancos mostram sintomas de má administração crônica.

Embora, às vezes, o debate sobre os megabancos soe técnico demais, na verdade, é bastante simples. Pergunte-se o seguinte: Se uma instituição financeira de tamanho descomunal entrar em dificuldades, isso representará grandes problemas para o crescimento da economia, o desemprego e outros indicadores afins? Ou, de forma mais seca, o Citigroup ou qualquer banco europeu de tamanho similar pode entrar em dificuldades e voltar a cambalear em direção à quebra, sem provocar uma situação em que precise receber alguma forma de auxílio de governos ou bancos centrais (seja abertamente ou de alguma forma velada)?

Os EUA deram um passo na direção certa com o Título II da lei de reforma Dodd-Frank<sup>1</sup>, em 2010, que fortaleceu o poder da Federal Deposit Insurance Corp. (FDIC), agência que garante depósitos bancários, para a chamada "resolução" de bancos problemáticos. E a FDIC desenvolveu alguns planos plausíveis especificamente para lidar com firmas financeiras domésticas (eu faço parte da Comissão de Assessoria para Resoluções Sistêmicas do FDIC; as opiniões expressas aqui são pessoais).

Há, no entanto, um grande mito oculto no cerne do argumento do setor financeiro de que tudo está bem. Os poderes de resolução do FDIC não vão

funcionar em empresas financeiras grandes e complexas que tenham atuação internacional. O motivo é simples: a lei dos EUA pode dar poderes de resolução que apenas funcionam dentro das fronteiras nacionais. Resolver uma eventual quebra de uma firma como o Citigroup exigiria um acordo internacional entre governos federais e todas as agências envolvidas.

Tive a oportunidade de conversar com autoridades de vários países, inclusive da Europa, e seus assessores, nos corredores dos encontros<sup>2</sup> de primavera (no segundo trimestre) do Fundo Monetário Internacional (FMI) recém-concluídos em Washington, Distrito de Columbia. Perguntei a todos o mesmo: quando vamos ter estruturas, de cumprimento obrigatório, para a resolução [de problemas de bancos em dificuldade] entre fronteiras?

As respostas, em sua maioria, variaram de "não durante nossas vidas" a "nunca". Volto a dizer, o motivo é simples: países não querem fazer concessões em sua soberania nem ficar de mãos atadas em qualquer aspecto. Governos querem ter capacidade para decidir como melhor proteger o que veem como sendo os interesses nacionais de seus países quando surgem crises. Ninguém está disposto a assinar um tratado ou pré-compromissos obrigatórios (e menos ainda a maioria do Senado dos EUA, que precisaria ratificar acordos do tipo).

Nas palavras do presidente do Federal Reserve regional de Nova York, Bill Dudley<sup>3</sup>, "os impedimentos a uma resolução ordenada entre fronteiras ainda precisam ser identificados completamente e desfeitos". "Isso é necessário para eliminar o problema conhecido como 'grande demais para falir'."

Tradução: uma resolução ordenada de problemas em megabancos globais é ilusão. Enquanto permitirmos bancos com operações entre fronteiras em uma escala igual ou próxima à atual, nossos líderes políticos não terão como permitir suas quebras. E, como essas grandes instituições financeiras são, dentro de qualquer definição relevante, "grandes demais para falir", elas podem captar dinheiro a custos menores do que seria de outra forma. Pior ainda, têm motivos e a oportunidade para crescerem ainda mais.

Essa forma de apoio governamental significa um grande subsídio implícito para os grandes bancos. É verdade que se trata de uma forma bizarra de subsídio, mas nem por isso menos prejudicial para o interesse público. Ao contrário, como o apoio governamental implícito aos bancos "grandes demais para falir" aumenta juntamente com o volume de risco que assumem, esse apoio pode ser um dos subsídios mais perigosos que o mundo já viu.

Afinal, mais dívidas (em relação ao patrimônio) significam um melhor retorno quando a situação vai bem. E, quando a situação vai mal, o problema passa a ser dos contribuintes dos EUA (ou de algum governo estrangeiro).

Que outro segmento do mundo empresarial tem o poder para levar o mundo à recessão, como os bancos fizeram no outono americano de 2008? E que outro segmento tem incentivos para maximizar o volume de títulos de dívidas que eles emitem?

O que as duas narrativas sobre a reforma financeira têm em comum é que nenhuma tem final feliz. Ou colocamos um limite significativo ao tamanho de nossas maiores firmas financeiras ou vamos precisar nos preparar para a explosão econômica alimentada por dívidas que está por vir.

<sup>1</sup> [www.http:www.sec.gov/about/laws/wallstreetreform-cpa.pdf](http://www.sec.gov/about/laws/wallstreetreform-cpa.pdf)

<sup>2</sup> [www.http:www.imf.org/external/spring/2013/](http://www.imf.org/external/spring/2013/)

<sup>3</sup> [www.http:www.newyorkfed.org/newsevents/speeches/2013/dud130422.html](http://www.newyorkfed.org/newsevents/speeches/2013/dud130422.html)

**Simon Johnson é professor da Escola de Administração Sloan, do MIT, e coautor de "White House Burning: The Founding Fathers, Our National Debt, and Why It Matters to You".**